

# A cidade que não morreu: modernidade e tradição no Guia de Ouro Preto, de Manuel Bandeira.

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i1.898>

*Raul Amaro de Oliveira Lanari*

Mestre e Doutorando em História pela UFMG.

Professor do Departamento de História do Centro Universitário UNI-BH.



Recebido: 19/05/2013. Aceito: 28/10/2013

**Resumo:** O artigo pretende analisar a obra “Guia de Ouro Preto”, de Manuel Bandeira, publicada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no ano de 1938, estabelecendo nexos com a produção intelectual do SPHAN e com uma rede de intelectuais engajados na afirmação da memória por intermédio dos monumentos durante o Estado Novo no Brasil. Nesse sentido a política editorial do SPHAN será encarada como um vetor cultural, caracterização utilizada por Gomes<sup>1</sup> para descrever as formas de divulgação de representações sobre o nacional por meio da imprensa e dos meios de comunicação.

**Palavras-Chave:** Patrimônio Cultural, Intelectuais, Estado Novo.

**Abstract:** This article intends to analyse Manuel Bandeira’s “Guia de Ouro Preto”, published by Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), in 1938. The goal is to take a closer look at the connections between SPHAN’s intellectual production and the intellectual community engaged to reinforce memory through monuments during Estado Novo period in Brazil. By doing so, SPHAN editorial policy could be considered a Cultural Vector, definition by Gomes, that refers to the vehicles used to represent the concept of National promoted by the Media, with focus on the national press.

**Keywords:** Cultural heritage, intellectuals, Estado Novo.

## I – O SPHAN E SUA POLÍTICA EDITORIAL

As políticas públicas de preservação do patrimônio cultural tiveram início no Brasil na metade da década de 1930, com a criação da Inspeção Nacional dos Monumentos, que seria substituída poucos anos depois pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A criação das duas instituições foi parte do processo de estruturação do Ministério da Educação e Saúde, e Gustavo Capanema, ministro entre 1934 e 1945, foi um dos principais responsáveis pela consolidação da política cultural varguista.<sup>2</sup>

O SPHAN foi dirigido durante todo o Estado Novo pelo intelectual mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, e possuía um importante papel na consolidação dessa nova nacionalidade: exaltar um passado formador do caráter brasileiro materializado nos monumentos. A política editorial da instituição, formada pela Revista do SPHAN e pelas Publicações do SPHAN, ocupou um lugar específico nessa tarefa. Na primeira, foram publicados centenas de artigos envolvendo a identificação, conservação e restauro de monumentos referentes a diferentes aspectos do passado brasileiro. As segundas eram estudos aprofundados sobre um único tema, geralmente ligado a monumentos de arte e arquitetura do período colonial.

As atividades consolidadas pelo SPHAN durante o Estado Novo encontraram diversos interlocutores no meio intelectual, que desde as primeiras décadas do século XX discutia sobre o desenvolvimento nacional, as potencialidades e os problemas da moderna cultura brasileira. A direção tomada pelo movimento político de 1930, prin-

<sup>1</sup>GOMES, Nas gavetas da história do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930., p. 33-35.

<sup>2</sup>Antes dessa data as ações que visavam à proteção dos monumentos eram capitaneadas pelos Institutos Históricos e Geográficos estaduais, que, tendo como modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, investiam em uma leitura memorialista do passado brasileiro, com foco na reunião de documentos e na produção de memórias biográficas ou sobre acontecimentos marcantes, datas oficiais. Quando do surgimento do SPHAN diversas tinham sido as tentativas de implantar um sistema de proteção aos monumentos. As primeiras ocorreram a partir da década de 1910, com projetos apresentados por Jair Lins, Wanderley de Pinho e Augusto de Lima Júnior, para citar apenas Minas Gerais. Em 1935, a Inspeção Nacional dos Monumentos apresentou ao Ministro da Educação e Saúde um Plano de Restauração de Ouro Preto. Passo maior seria dado com a ampliação das tarefas, quando o Governo Federal instituiu, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

principalmente o golpe de Estado de 1937, foi de encontro a questões que inquietavam diversos setores intelectuais, principalmente as referentes às bases da cultura brasileira, sua identificação e aproveitamento para a formação do povo.

Tais perguntas possuíam como pano de fundo o processo de modernização experimentado principalmente nas grandes capitais, onde os intelectuais viviam e de onde saíam suas interpretações. O movimento modernista brasileiro de 1922 representou a emergência pública dessas questões, contribuindo para a configuração do meio intelectual brasileiro. O processo de afirmação dos intelectuais como agentes políticos assumiu, a partir de 1915, o caráter de um movimento amplo e que se apresentava de diversas formas: vaga nacionalista, modernização cultural, ressurgimento católico, impulso antiliberal e outras. Essa nova geração de intelectuais não só descobriu e tornou pública a sua vocação nacional, mas ainda vislumbrou o lugar que, naquele momento, poderia ocupar dentro da nação.<sup>3</sup> Particularmente para os intelectuais, a década de 20 foi de grandes questionamentos, e a partir da década de 1930, eles encontraram um mercado amplo de trabalho nas políticas públicas e a elas se dedicaram empenhadamente, sentindo-se portadores de uma missão, uma “causa”.<sup>4</sup>

A busca da identidade nacional era uma dessas causas. O grupo articulado ao lado de Capanema, segundo Márcia Regina Romeiro Chuva, tinha na ideia de civilização seu projeto de modernidade, o que significava participar do concerto internacional das nações modernas, com especificidades que, por sua vez, distinguiam o “ser brasileiro”. Seguindo essa premissa, as atividades de proteção ao patrimônio foram voltadas para os monumentos arquitetônicos, sendo a vertente chamada até hoje de “pedra e cal”. Dentre esta produção arquitetônica, aquela decorrente do século XVIII foi a mais valorizada, com destaque ao estado de Minas Gerais e ao barroco.<sup>5</sup> Para restituir à nação a posse ou o domínio das suas origens, o patrimônio devia manter-se e/ou voltar ao seu estado primitivo, devolvendo à nacionalidade um vigor perdido. Era necessário recuperar física e simbolicamente as origens da nação, promovendo, desta forma, a reconstituição de um patrimônio “original”, “autêntico”, “primitivo”, “genuíno”.

Nesse sentido, Ouro Preto foi uma cidade central na política elaborada pelo SPHAN de recuperação do passado, pois foi nas cidades históricas de Minas Gerais que os agentes do SPHAN identificaram a existência de construções coloniais que mantinham uma unidade estilística original e representavam as verdadeiras raízes nacionais. Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional pela Inspeção Nacional dos Monumentos em 1933, antes da criação do SPHAN, mas foram as atividades deste último órgão que a tornaram um símbolo de identidade nacional e a primeira cidade do mundo a ser considerada cidade-monumento. O Guia de Ouro Preto, de Manuel Bandeira, publicado pelo SPHAN, integra esse conjunto de ações e aborda uma questão de grande importância no caso de Ouro Preto: a relação com seu passado e com o turismo.

## II – O “GUIA DE OURO PRETO”, DE MANUEL BANDEIRA, E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A CIDADE DE OURO PRETO

Antes de adentrar o conteúdo da obra é preciso observar alguns aspectos referentes ao Guia de Ouro Preto. A primeira edição da obra foi lançada pelo SPHAN provavelmente no ano de 1939, tendo todo o seu processo editorial ocorrido no ano de 1938, ano que aparece em sua capa. Segundo observado por Márcia Regina Romeiro Chuva e confirmado em minha dissertação de mestrado, o lançamento dos números publicados nem sempre correspondia às datas impressas em suas capas. Diversos fatores contribuíam para esse desencontro entre as datas: atrasos no processo editorial,

<sup>3</sup>PÉCAULT, Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação, p. 121-124.

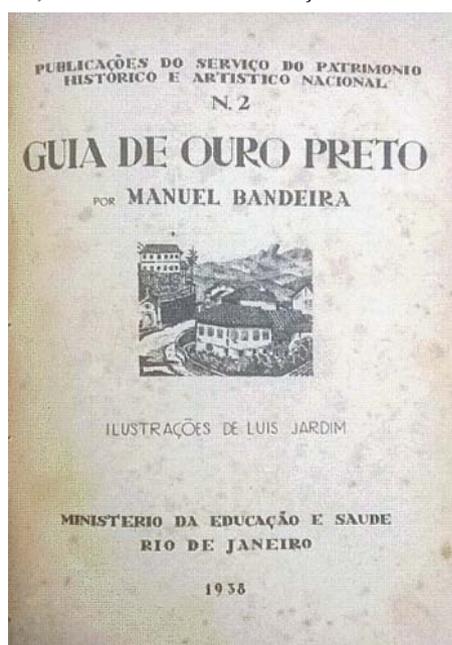
<sup>4</sup>VELLOSO, Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual (1930-1940), p. 176-209; GONÇALVES, A Retórica da Perda: Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil, p. 35.

<sup>5</sup>CHUVA, Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Análise semelhante pode ser encontrada em SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. In.: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Vol. 24, p. 97-89, 1996.

como na seleção de autores, envio das provas, aprovação do texto final, diagramação e impressão. Ao adotar a estratégia de imprimir a datação dos volumes seguindo uma periodicidade, ainda que fictícia, visava o estabelecimento de uma continuidade no tempo da produção do SPHAN.<sup>6</sup>

Um dos objetivos do lançamento da política editorial do SPHAN foi adequar a produção brasileira aos padrões europeus, tidos como basilares para o estudo da história e da arte. A seleção dos autores a serem publicados nos primeiros volumes, portanto, teve o objetivo de garantir visibilidade à ação através da veiculação de nomes já destacados do cenário letrado brasileiro. Como já citado, o primeiro volume da série de Monografias foi escrito por Gilberto Freyre, e os primeiros números da Revista do SPHAN tiveram artigos assinados por Mário de Andrade, Roquette Pinto, Heloísa Alberto Torres e Sérgio Buarque de Hollanda, que faziam parte da rede de sociabilidades de Rodrigo Melo Franco de Andrade, para fazer aqui uso do difundido conceito desenvolvido por Jean-Françoise Sirinelli.<sup>7</sup>

O Guia de Ouro Preto divide-se em dez seções: 1-História; 2- Vila Rica – Impressões de viajantes estrangeiros: Antonil, Mawe, Auguste Saint-Hilaire, Luccock, Walsh, Gardner, Castelnau, Millet de Saint-Adolphe, Burton; 3- Ouro Preto: a cidade que não mudou, 4 - As Duas Grandes Sombras de Vila Rica; 5 – Passeios a pé no centro; 6 – Passeios de Automóvel; 7- Monumentos Religiosos; 8- Monumentos Cívicos; 9- A Viagem para Ouro Preto; 10 - Várias Informações.



**Imagem 01:** Capa da primeira edição do *Guia de Ouro Preto*

A primeira seção traça um perfil histórico da cidade desde as expedições que resultaram em seu descobrimento. A ação da expedição do bandeirante paulista Antônio Dias de Oliveira - que contava com o Padre João de Faria Fialho -, saída de Taubaté rumo ao “Serro do Tripuí” é creditada à inspiração de penetrar por onde os primitivos caçadores de índios haviam saído<sup>8</sup>, tendo avistado o Itacolomi na manhã do dia de São João (24 de junho) de 1698. Bandeira ressalta que os primeiros tempos de Ouro Preto foram marcados por crises de abastecimento, pobreza arquitetônica e ocupação desregrada do terreno, inclusive com diversas disputas. Mesmo no período em que a extração de metais preciosos atingiu níveis altíssimos de crescimento, o aspecto da cidade ainda era simplório, cita Manuel Bandeira após discorrer sobre a Revolta de 1720, conhecida como Revolta de Felipe dos Santos:

<sup>6</sup>LANARI, O Patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45).

<sup>7</sup>SIRINELLI, Os intelectuais., p. 259

<sup>8</sup>BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 12.

“Só na segunda metade do século XVIII é que Vila Rica principiou a tomar o aspecto atual. A construção do Palácio novo marca o início da boa arquitetura [grifo nosso] de pedra argamassada. As pontes datam, a de S. José ou a os Contos, de 1744, a do Rosário de 1753, a de Santo Antonio de 1755. O chafariz do Largo dos Contos de 1760. A igreja do Carmo foi levantada de 1766 a 1772. S. Francisco de Assis em 1772 tinha prontas as paredes e o arco da capela-mór, e só em 1794 se lavrou termo de entrega das obras. Como se vê, a cidade cujo ar de prestigiosa velhice tanto nos enternece, pode-se dizer que é de ontem. O que lhe deu aquela feição de tão nobre antiguidade foi a decadência rápida e súbita da nossa arquitetura tradicional por todo o Brasil [grifos nossos].”<sup>9</sup>

A passagem acima mostra a identificação daquilo que Lúcio Costa considerou como a “boa arquitetura” com o período de ocorrência do chamado “barroco mineiro”.<sup>10</sup> Ainda segundo Bandeira, tomando a vila o cunho arquitetônico em que se imobilizou, veio sagrá-la espiritualmente o idealismo da Inconfidência. O histórico de Manuel Bandeira fala demoradamente sobre a Inconfidência Mineira, sobre o processo de Independência e sobre as agitações entre liberais e conservadores durante o Segundo Império. Os adjetivos utilizados na descrição são emblemáticos para se perceber o tom da narrativa de Manuel Bandeira, e, por conseguinte, a imagem da cidade que se quis passar. Essa prestigiosa velhice, nobre antiguidade nos dizeres do autor seria o que Ouro Preto teria a oferecer. Interessante notar que para Manuel Bandeira haveria uma última data histórica da velha Vila Rica: 12 de julho de 1933, pelo decreto presidencial no 22.928, foi Ouro Preto declarada “monumento nacional”.<sup>11</sup>

O Guia de Ouro Preto continua com uma seção que trata dos depoimentos dos viajantes europeus que estiveram em Vila Rica. Os depoimentos incluem toda a sorte de comentários depreciativos sobre a cidade. Sobre as impressões de John Mawe, por exemplo, Bandeira afirma que o inglês vinha com a cabeça cheia de tradições do século anterior, que davam a pobre vilazinha de terrenos regorgitantes de ouro como a terra mais rica do mundo.<sup>12</sup>

É interessante perceber como Manuel Bandeira trata os depoimentos desdenhosos dos viajantes. Ao falar sobre as impressões do Reverendo inglês Walsh, que esteve em Vila Rica entre 1836 e 1841, Bandeira afirma que tudo o que feria a vista do estrangeiro lembrava-lhe que a cidade fora outrora um lugar de opulência e importância. Era próspera, embora decadente.<sup>13</sup> A impressão do inglês é rebatida por Manuel Bandeira. Os viajantes estrangeiros não teriam, segundo Bandeira, a capacidade de perceber aquilo que de essencial haveria na cidade de Vila Rica, por seu distanciamento no espaço e no tempo daquela Vila Rica da qual apenas haviam ouvido falar ou lido a respeito:

“Os viajantes estrangeiros são quase sempre insensíveis aos elementos mais profundos ou mais sutis dos costumes dos países que visitam.[...] O que todos admiraram, porque lhes lembrava o belo bem aprovado dos palácios do Renascimento italiano, foi o edifício do antigo Paço Municipal. Para nós brasileiros, o que tem força de nos comover são justamente esses sobradões pesados, essas frontarias barrocas, onde alguma coisa de nosso começou a se fixar. A desgraça foi que esse fio de tradição se tivesse partido.”<sup>14</sup>

Aqui é interessante notar também o final da passagem reproduzida acima. Ela diz algo importante sobre a relação entre tradição e modernidade expressa por Ouro

<sup>9</sup>Idem, p. 21-22.

<sup>10</sup>Um exemplo dessa associação é o seguinte trecho do artigo “A arquitetura jesuítica no Brasil”, publicado no número 5 da Revista do SPHAN, e no qual o autor exalta o barroco: “Convém, no entanto, desde logo reconhecer, que não sempre as obras academicamente perfeitas, dentro dos cânones greco-romanos, as que, de fato, maior valor plástico possuem. As obras de sabor popular, desfigurando a seu modo as relações modulares dos padrões eruditos, criam, muitas vezes, relações plásticas novas e imprevistas, cheias de espontaneidade e de espírito de invenção, o que eventualmente as coloca em plano artisticamente superior ao das obras muito bem comportadas, dentro das regras de estilo e bom ton, mas vazias de seiva criadora e de sentido plástico real.” In.: COSTA, A arquitetura jesuítica no Brasil, p. 32

<sup>11</sup>BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 25.

<sup>12</sup>Idem, p.30.

<sup>13</sup>Idem, p. 35-36.

<sup>14</sup>Idem, p. 42

Preto na narrativa do SPHAN. Para Manuel Bandeira a desgraça de Ouro Preto não teria sido tanto a modernização da cidade, mas sim que o fio de tradição se tivesse partido. Não teria sido o processo de mudanças, que poderíamos chamar de modernização, o principal determinante para a derrocada, ela teria sido inclusive propulsora da decadência de Ouro Preto, com o processo de transferência da capital para o antigo Curral Del Rey – assunto, por sinal, pouco abordado por Manuel Bandeira em sua argumentação. O problema teria sido o fato de a estagnação de Ouro Preto não ter possibilitado a manutenção desse gênio criador, restando os exemplares do passado colonial para lembrar a época em que germinou algo de “brasileiro” na cidade.

Essa decadência é tema da terceira seção do Guia de Ouro Preto – Ouro Preto: a cidade que não mudou. Ela possui grande importância para a identificação da função destinada a Ouro Preto, considerada pelo SPHAN uma cidade-monumento responsável pelo afloramento do sentimento nacional. O título da seção e seu início são ilustrativos do que Manuel Bandeira chamou de “prestigiosa velhice” quando rebateu as impressões dos viajantes. A passagem abaixo também dá mais pistas sobre o entendimento do autor sobre as causas da manutenção das características de Ouro Preto com o passar do tempo. Nas palavras de Bandeira

“Não se pode dizer de Ouro Preto que seja uma cidade morta. Morta é São João Del Rei. Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto. Passada a época ardente da mineração (que foi, de resto, um arraial de aventureiros, a sua idade mais bela como fenômeno de vida), e a salvo do progresso demudador, pelas condições ingratas da situação topográfica, Ouro Preto conservou-se tal qual, em virtude mesma da sua pobreza, aquela pobreza que já por volta de 1809, segundo depoimento de Mawe, fazia trocarem-lhe por escárnio em Vila Pobre o nome de sua fundação em 1711, que era o de Vila Rica de Albuquerque. Na sua decadência econômica, que remonta à segunda metade do século XVIII, não houve dinheiro para abrir ruas, alargar becos, restaurar monumentos. Nas reparações dos prédios envelhecidos a economia levou sempre a alterar o menos possível. Em casas novas ninguém pensava. Elas são raríssimas na cidade, que enfeiam pelo contraste chocante com o resto da edificação.”<sup>15</sup>

No trecho acima Manuel Bandeira afirma que Ouro Preto não seria uma cidade morta, apenas não teria mudado. Sem entrar no mérito da comparação com São João Del Rei – que merece um estudo a parte -, a vida que Ouro Preto exprime, na visão do autor, é, portanto, aquela que emana das construções passadas, que afirma o gênio brasileiro nas adaptações da arquitetura portuguesa. Tudo aquilo que veio antes ou depois se encontra relacionado com um período específico, a virada para a segunda metade do século XVIII, seja como epígrafe, seja como permanência.

Essa operação discursiva também pode ser identificada com as práticas do SPHAN em sua primeira fase de existência. O estudo do barroco teve como fruto principal o estabelecimento de fases evolutivas do gênero artístico, em alguns casos acompanhando o desenvolvimento dos estilos artísticos europeus, como um “classicismo barroco”, ou mesmo um “Renascimento Barroco”.<sup>16</sup> A memória inscrita na cidade relata a evolução do “gênio brasileiro”, não a vida da própria cidade. Também não há espaço para a escravidão. Os traços que admirados pelos brasileiros nas visitas à cidade seriam, segundo Manuel Bandeira, justamente aqueles que remetem aos grandes personagens e aos estilos artísticos desenvolvidos ao redor da vida religiosa.

<sup>15</sup>BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 41.

<sup>16</sup>Segundo Lúcio Costa: “Do exposto, resulta que se pode razoavelmente falar de um “classicismo barroco”, de um “romantismo” e de um “goticismo” barrocos e, finalmente, de um “renascentismo barroco”, sem pretender significar com essas expressões semelhança formal – embora ela de fato exista, algumas vezes nas linhas gerais ou num ou outro pormenor – senão uma concordância no processo evolutivo muito curiosa e, principalmente, muito útil para permitir às pessoas menos familiarizadas com o assunto apreenderem mais facilmente o que há de fundamental nessa evolução.” In.: COSTA, A arquitetura jesuítica no Brasil, p. 43.

Em seguida é importante mencionar que, ao contrário do que diz na primeira seção do Guia de Ouro Preto, quando define como última data histórica para Ouro Preto seu tombamento em 1933, Manuel Bandeira afirma que a cidade não morrerá. Aonde residiria, então, sua vida? A resposta é clara:

“Ela conservou, mercê de sua pobreza, uma admirável unidade. De todas as nossas velhas cidades é ela talvez a única destinada a ficar como relíquia inapreciável do nosso passado. As duas outras que se lhe irmanam nessa feição tradicionalista estão fadadas a uma renovação sem cura: Baía e Olinda. Em ambas é ainda bem forte a emoção especial ligada aos vestígios dos séculos defuntos. Mas Olinda é cada vez mais arrebalde do Recife. A capital acabará fatalmente por absorvê-la. Quanto à cidade do Salvador, o progresso, que tudo renova, fará com ela o que já fez com o velho Rio e o velho Recife.”<sup>17</sup>

Ouro Preto viveria então de seu passado, sendo sua função conservar as feições de antigamente para que os novos brasileiros pudessem experimentar o sentimento de estar próximos a relíquias da arte nacional. Isso fazia com que a pobreza da cidade fosse vista até como aspecto positivo para sua conservação. A questão da originalidade, de se tratarem de construções realmente do período colonial, era uma das premissas da vertente que participou da política preservacionista do SPHAN, e Manuel Bandeira não deixa de marcar também sua posição:

“Há em algumas dessas casas a intenção de retomar o estilo das velhas. Mas falta a essa arquitetura de arremedo o principal em tudo, que é o caráter. Essa maneira arrebizada e enfeitadinha que batizaram de estilo Neocolonial, tomou à velha construção portuguesa em meia dúzia de detalhes de orna, desprezando por completo a lição de força, de tranquila dignidade que é a característica do colonial legítimo. As velhas casas do tempo são de uma severidade quase dura.”<sup>18</sup>

Em seu elogio da permanência, Manuel Bandeira prossegue em seus apontamentos destacando duas sombras que “pairavam” sobre Ouro Preto: Tiradentes e o Aleijadinho. Ao fazer tal sorte de escolha a análise de Manuel Bandeira se insere em um ainda pouco estudado debate acerca das representações sobre a cidade de Ouro Preto nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. Tal debate teve como ponto central justamente a Inconfidência Mineira e o Aleijadinho.

A representação de Manuel Bandeira em seu Guia de Ouro Preto traça um Aleijadinho que sofre a desgraça física, decorrente da lepra, relacionando seu sofrimento ao de uma figura excepcional. Sua genialidade estaria ligada intrinsecamente ao seu sofrimento, como um sacrifício que dera origem aos mais altos exemplos do “espírito brasileiro”. No entanto, é sempre preciso estar atento às vicissitudes desse tipo de construção. No caso do Aleijadinho, como bem analisado por Guiomar de Grammont, deve-se ir mais a fundo que interpretações marcadas por um biografismo psicologista, que arrolam situações mais ou menos sentimentais sobre o personagem. Essa representação sobre o Aleijadinho, como demonstra a autora, é bem mais antiga do que o “tempo inaugurado” pelo SPHAN. A interpretação consolidada pelo SPHAN corrobora com uma visão conservadora do passado colonial que desde o IHGB foi construída com base em noções como “unidade territorial”, “herança portuguesa”, dentre outros. As primeiras representações sobre o Aleijadinho, como a biografia de Rodrigo

<sup>17</sup>BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p.41.

<sup>18</sup>Idem, p.41.

José Ferreira Bretas, publicada em 1858, já o identificam como um gênio, sem, no entanto, ligá-lo à nação moderna.<sup>19</sup>

Como bem demonstra Kléverson Teodoro de Lima, Ouro Preto passou por um grande debate com a proposta de mudança da capital de Minas Gerais, sob a alegação de que o traçado da cidade e o terreno eram impróprios para a instalação equipamentos urbanos básicos. Antes da decisão definitiva sobre a mudança da capital, na fase de estudos para a implantação, tentou-se uma adaptação às exigências de uma cidade modernizada, com a criação de boulevards e a adoção de traçado reticular para as ruas. Algumas construções consideradas abandonadas, comprovado o abandono que as ruínas e confusão em que se acham, seriam incorporadas ao patrimônio público, ou para demolição ou para reconfiguração.<sup>20</sup>

Em 1893 foi encomendado um novo plano urbano para a ocupação de novas áreas em Ouro Preto, no qual o antigo coexistiria com o moderno. O elemento histórico foi então utilizado para tentar justificar a permanência da capital, com medidas modernizadoras. A construção do monumento a Tiradentes em 1893 sinaliza essa intenção. Apenas com a confirmação da mudança da capital e sua efetiva transferência é que as representações do passado passaram a ser exaltadas com mais clareza. Com a ocupação definitiva do antigo Curral D'El Rey é que o pensamento conservador de Ouro Preto se volta para a tradição histórica da cidade. A atuação do SPHAN, por sua vez, acrescenta um novo conteúdo ao panorama da cidade: o turismo. É sobre o que trataremos a seguir, encerrando este artigo.

### III – “MONUMENTALIZANDO A PAISAGEM”: O TURISMO E A CIDADE VOLTADA AO OLHAR

O Guia de Ouro Preto é uma publicação peculiar dentro da política editorial do SPHAN, marcada por artigos e estudos monográficos sobre monumentos ou aspectos da história e da arquitetura brasileiros. Autodenominado um guia, a edição pode ser considerada como um misto entre um estudo memorialista e um guia de turismo propriamente dito. A atividade turística no Brasil ainda era muito pouco explorada, ainda mais fora das grandes capitais. Portanto é preciso especificar que tipo de turista é esse que o Guia de Ouro Preto pretendia contemplar.

Após a transferência da capital, como vimos, Ouro Preto passou por um processo de ressignificação, com a persistência de uma visão voltada para o passado colonial de Minas Gerais. Tal visão guiou primeiramente os viajantes mineiros que chegaram à cidade, principalmente os membros do IHGMG que se empenharam na organização de eventos comemorativos e da reunião de vasta documentação, cujos índices eram publicados na Revista do IHGMG. Ouro Preto fora “descoberta” pela geração modernista na década de 1920 em viagem organizada por um grupo de intelectuais paulistas para receber o poeta francês Blaise Cendrars. Ponto culminante da viagem do grupo de intelectuais, a cidade passou então a ser investida de importância até então não observada – porém muito pedida.

A dificuldade para se chegar a um destino como Ouro Preto, mesmo saindo de Belo Horizonte, dificultava muito a viagem. A seção “Como chegar a Ouro Preto”, “Passeios de Automóvel” e “A Viagem a Ouro Preto” dão a dimensão das adversidades encontradas no acesso à cidade. Portanto é de se imaginar que mesmo em meados da década de 1930 o turismo a Ouro Preto fosse possível apenas para pouquíssimas pessoas, que dispusessem de meios e determinação de visitar a cidade. Os relatos dos integrantes da viagem organizada pelos intelectuais paulistas, principalmente Mário de Andrade, analisados por Antônio Gilberto Ramos Nogueira, deixam nítidas as más condições encontradas pelos visitantes.<sup>21</sup>

<sup>19</sup>O SPHAN e sua “linha de frente”, composta por Lúcio Costa, Rodrigo M.F. de Andrade e os envolvidos no estudo da arte sacra mineira defenderam ardorosamente a obra de Rodrigo Bretas nas publicações editadas. O assunto foi motivo de grandes controvérsias desde período anterior à criação do SPHAN, tendo sido suscitadas dúvidas sobre a veracidade do texto de Bretas e sobre a autoria de diversas obras atribuídas ao Aleijadinho

<sup>20</sup>LIMA, Reconstituição identitária de Ouro Preto após a mudança da capital, p. 9-12.

<sup>21</sup>NOGUEIRA, Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário, p. 22.

No entanto, a política editorial do SPHAN possuía como objetivo a disseminação dos estudos sobre o patrimônio brasileiro para além do círculo de estudiosos, e contava com profissionais liberais desejosos de adquirir mais conhecimentos, seja pelo ofício que desempenhavam ou por pura vontade de adquirir cultura geral. O Guia de Ouro Preto fez parte de um esforço de apelo ao sensível que foi empreendido de diversas maneiras. A política editorial foi uma das estratégias, que também incluíram a participação e organização de exposições. Portanto, objetivava-se não somente que o leitor visitasse de fato Ouro Preto, mas sobretudo que se sensibilizasse diante da existência de uma cidade-monumento do passado colonial brasileiro. Aqui fica claro o objetivo pedagógico da publicação.

Como já observado, mesmo se tratando de um guia de turismo, grande parte da publicação é dedicada a dados biográficos, documentais, cronológicos. Em outros momentos Manuel Bandeira se dirige expressamente ao leitor, como quando sua narrativa percorre os escritos dos viajantes que passaram por Vila Rica nos séculos XVII e XIX.

Inicia com o relato de Antonil e a denúncia dos maus costumes por volta de 1708, quando, segundo Bandeira, Vila Rica não passava de um imenso arraial de 30.000 almas sobre as quais não havia coação ou governo algum bem ordenado, um arraial formado por aventureiros que desperdiçavam o ouro em jogo e superfluidades.<sup>22</sup> Em seguida Bandeira analisa as obras de Mawe, Saint Hilaire e a decepção diante do aspecto sombrio, devastado, melancólico da paisagem ouropretana.<sup>23</sup>

A maioria dos excertos dos relatos escolhidos por Bandeira não trata especificamente dos costumes populares, limita-se a citar a intenção dos viajantes em adentrar os círculos sociais, no que somente alguns lograram êxito. Como já observado anteriormente, Manuel Bandeira alega que tais estrangeiros não possuiriam a sensibilidade àquilo que tanto interessa aos brasileiros. Bandeira é categórico quando trata de alguns dos viajantes. Sobre Burton, por exemplo, chega a afirmar que

“Burton, esse então diz bobagens, completamente inconsciente da grandeza criadora do Aleijadinho, Diante da frontaria de São Francisco, da qual se pode repetir o que Anatole France disse do Pavilhão Central do Louvre – *ciselé comme um joyant d’art*-, o seu convencionalismo humanista ficou muito ofendido porque viu duas colunas jônicas “desgraciosamente convertidas em pilastras”[...] O que todos admiram, porque lhes lembrava o belo bem aprovadinho dos palácios do Renascimento italiano, foi o antigo edifício do Paço Municipal.”<sup>24</sup>

Manuel Bandeira respondia enfaticamente as afirmativas dos viajantes, mas isso não resolvia o problema dos maus costumes, que tanto interessa ao turista que chega na cidade pela primeira vez, além de serem relativos à cultura brasileira. Algumas observações sobre pequenos costumes dão a entender como Manuel Bandeira “resolve” o problema dos maus costumes”. Quando trata da narrativa de Castelnau, por exemplo:

“Duas coisas aborreceram Castelnau nos ouro-pretanos: o costume que queimar bombas de estouro e o de *beugler devans lês madones*. Os turistas de hoje podem ficar descansados: nada perturba agora o sono dos viajantes senão, uma vez ou outra, alguma rapaziada de estudantes.”<sup>25</sup>

Aquilo que poderia molestar alguém habituado a um padrão de cultura dito “civilizado” se encontra pacificado na narrativa de Manuel Bandeira, a cidade não apre-

<sup>22</sup>BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 29.

<sup>23</sup>Idem, p. 33.

<sup>24</sup>BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 42.

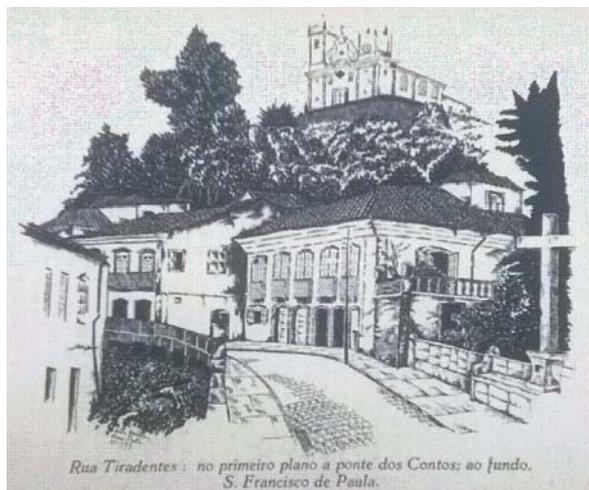
<sup>25</sup>Idem, p. 36.

senta conflitos, a não ser aqueles que podem ser considerados de pequeno porte, como uma simples festa de estudantes. Os roteiros traçados por Manuel Bandeira são muito interessantes para observar essa “pacificação” do espaço urbano ouro-pretano. O início do trajeto proposto por Manuel Bandeira é exemplar do tom da narrativa por todo o capítulo *Passeios a pé pelo Centro*”:

“Tomemos a Rua Tiradentes então como ponto de partida para alguns passeios de primeira orientação. Se o turista estiver hospedado no Hotel Toffolo, saia pela esquerda: verá quase defronte um dos Passos a que me refiro em capítulo posterior (Monumentos Religiosos); atravessará a Ponte do Carmo (o córrego é o Ouro Preto), e verá à esquerda a Casa dos Contos; chegando À esquina, tomará a direita, descendo a Rua Paraná, que se continuá na do Pilar; no cotovelo que faz esta última há um velho sobradinho meio arruinado, que  dos mais interessantes da cidade, e quase no começo da ladeira, à direita, um sobrado bem conservado, cujo vstbulo merece atenção ( fácil observar os vstbulos das casas de Ouro Preto, pois estão sempre abertos e desertos).”<sup>26</sup>

A descrição dos três trajetos segue sempre no mesmo tom assinalado acima, com descrições arquitetnicas, por vezes acrescentadas de efemérides, como a casa onde possivelmente poderia ter ocorrido o namoro entre Tomás Antnio Gonzaga e Marília de Dirceu, ou a casa onde viveu Tiradentes. Essas casas são descritas sempre a partir de suas fachadas, sem o mínimo sinal das pessoas que a habitavam no momento quando o Guia de Ouro Preto foi escrito, salvo quando se tratasse de pessoa notória ou de associações, repartições ou prédios públicos. As casas de residência são sempre tratadas com afeto, mas um afeto especial, uma espécie de lamento afetoso. Como observado mais acima, esse lamento era justamente porque o fio de tradição que havia se desenvolvido em Vila Rica se rompera, restando uma Ouro Preto que guardava inscrita em si o fausto do passado.

Os três roteiros traçados por Manuel Bandeira gravitam no entorno da Rua Tiradentes e da praça que leva o mesmo nome, sendo marcados por igrejas, sobrados e casas de pequeno porte. Muitas imagens acompanham o volume. Algumas serão mostradas a seguir. É importante assinalar alguns aspectos. Primeiro que são desenhos elaborados especialmente para a publicação, ou seja, objetos de estudo pelo autor para a composição de um quadro considerado adequado daquela beleza que se queria mostrar.



Rua Tiradentes : no primeiro plano a ponte dos Contos; ao fundo, S. Francisco de Paula.

**Imagem 02:** Vista da Rua Tiradentes, com a Casa dos contos e a Igreja de São Francisco de Paula.

As paisagens retratadas na obra de Manuel Bandeira não mostram pessoas.

<sup>26</sup>Idem p. 61-62.

Também é importante ressaltar que os monumentos, sejam casas, igrejas ou prédios públicos, estão sempre representados dentro de uma dada ambiência, no mais das vezes composta por espécies vegetais, montanhas, jardins. Nesse sentido é interessante uma passagem da seção “Passeios de automóvel”, a última aqui analisada. Vários destinos são indicados, e de características diversas. Há locais onde o atrativo é a natureza, como a cascata do Tombadouro, o Pico do Itacolomi e o Córrego do Tripuí. Outros, como o bairro de Padre Faria, o Morro da Queimada, a Mina da Passagem, Cachoeira do Campo, se tratariam de sítios históricos. Quando analisa as construções religiosas o autor sempre se refere ao Aleijadinho, principalmente quando descreve o Santuário do Bom Jesus do Matozinho, em Congonhas do Campo. As palavras de Manuel Bandeira nessa parte são interessantes para se observar a relação tecida entre as construções e o seu entorno:

“Onde ninguém mais subiu: é a pura verdade! Os profetas de Congonhas não têm, nem podiam ter, a perfeição do modelado das esculturas de Ouro Preto, mas são, como nenhuma outra obra de Antônio Francisco, prodigiosas de espontaneidade e força, no seu expressionismo doloroso. Em verdade, elas monumentalizam a paisagem. Dão à encosta do Santuário uma grandeza bíblica.”<sup>27</sup>

Havia em Ouro Preto muitas dessas ladeiras, onde a paisagem era monumentalizada pela existência de construções que, segundo Bandeira, traduziram o “espírito nacional” através de exemplares artísticos únicos. A via para a afirmação de Ouro Preto a despeito de sua decadência estava, então, traçada. O investimento no turismo seria uma forma de fazer com que essa imagem, existente dentre muitas outras, fosse a que se fixasse na experiência daquele que visitava Ouro Preto. O Guia de Ouro Preto auxiliava o visitante a já chegar sabendo de algo sobre o lugar. Auxiliava inclusive quem nunca havia ido ao lugar a saber a respeito de suas casas e porventura até lamentar carinhosamente por algo que nunca vira presencialmente, mas que passava a incorporar ao repertório sobre aquilo que considerava “brasileiro”.

Interessante notar como a ação do SPHAN foi marcada por contradições que mostram o quão complexa era a trama composta pelos agentes do órgão. A construção do Grande Hotel de Ouro Preto, projetado por Oscar Niemeyer, causou grande consternação entre os envolvidos com a preservação do patrimônio e a arquitetura.<sup>28</sup> Ao mesmo tempo em que procuravam manter cidades como Ouro Preto com seu aspecto “original”, em outros casos construções antigas foram demolidas para a concretização de grandes projetos. Representantes da vertente “moderna” na arquitetura e nas artes plásticas contribuíram para a construção de templos “modernos” no lugar de igrejas antigas, como nas cidades mineiras de Cataguazes e Ferros, estudadas por Marcus Mariano Gonçalves da Silveira.<sup>29</sup>

Este trabalho não pretende avançar na análise do processo de desenvolvimento do turismo em Ouro Preto, tema sobre o qual há bons artigos vindos de diversas áreas. No período aqui analisado Ouro Preto ainda era um destino pouco procurado pelos turistas brasileiros, e não seria desmedido supor que mesmo os residentes em Minas Gerais. Todavia já era uma cidade que pensava seu lugar como ex-capital de Minas Gerais e antigo centro minerador brasileiro, cenário no qual a política de memória consolidada pelo SPHAN se inseriu como produtor de um discurso legitimador, instituído de autoridade técnica para a identificação dos símbolos máximos da nacionalidade.

<sup>27</sup>BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 88-89.

<sup>28</sup>CAVALCANTI, Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960), p.95-120.

<sup>29</sup>SILVEIRA, Templos Modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- BANDEIRA, Manuel. Guia de Ouro Preto. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.
- CAVALCANTI, Luciano. Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura(1930-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romero. Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941 (1943-44)
- GOMES, Ângela de Castro. Nas gavetas da história do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930. IN.: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Memória e identidade nacional. Rio de Janeiro, Ed. FGV/FAPERJ, 2010, p. 31-57.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. 2.Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: IPHAN, 2002.
- GRAMMONT, Guiomar. O Aleijadinho e o Aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LANARI, Raul Amaro de O. O Patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010
- LIMA, Kléverson Teodoro de. Reconstituição identitária de Ouro Preto após a mudança da capital. In.: Anais do II Encontro Memorial do ICHS. Mariana: Vol. I, Novembro/2009. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h561.pdf>
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45). Lisboa: Difel, 1979.
- NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em “pedra e cal”. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História da PUC-SP. 1995.
- \_\_\_\_\_. Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.
- PÉCAULT, Daniel. Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. In.: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Vol. 24, 1996.
- SILVEIRA, Marcus Mariano Gonçalves da. Templos Modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual (1930-1940). In.: VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi & GOMES, Ângela de Castro (Org.). Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1982.